

ARTIGOS E ENSAIOS

METÁFORA E COGNIÇÃO

*Paulo Juarez Rueda Strogenski*¹

Resumo: A metáfora, tradicionalmente, é definida como um recurso de retórica. Atualmente, muitos acreditam que a metáfora é parte primordial do complexo sistema conceptual humano, sendo responsável pela forma como apreendemos e compreendemos o mundo a nossa volta. Além dos fatores que são eminentemente perceptuais, que fazem parte de nossos instintos mais primordiais, existem também aqueles que são culturais, que variam de sociedade para sociedade. O presente trabalho pretende uma reflexão sobre a inter-relação linguagem/cultura na realização da metáfora.

Palavras-chave: Metáfora, cognição, cultura, significado.

Abstract: Metaphor, traditionally, is defined as a rhetoric resource. Nowadays, many believe that metaphor is a primordial part of the compound human conceptual system, being responsible for the form how we apprehended and we understood the world around us. Besides the factors that are eminently perceptual, that are part of our more primordial instincts, there are also those that are cultural exist, that vary of society for society. The present paper intends to lead to a reflection on the interrelation language / culture in the accomplishment of metaphor.

Keywords: Metaphor, cognition, culture, meaning.

Quando falamos, normalmente utilizamos imagens traduzidas em linguagem para ilustrar nossas mensagens. Imagens que são a maneira com a qual nossos pensamentos criam vida exterior e saem pelo mundo. O último pensamento colocado neste texto, a idéia de um pensamento voluntarioso que cria vida e “sai pelo mundo”, por si só já um exemplo de como funciona a exteriorização das idéias. Da mesma forma como eu não tive nenhuma dificuldade em criar essa imagem, duvido que algum leitor apresente algum problema ao decifrá-la. É uma mensagem facilmente compreendida apesar de ser fundamentada em uma inverdade literal: os pensamentos não são seres, logo não possuem vontade, vida própria e não saem pelo mundo; eles precisam ser levados, disseminados, “comunicados” por seres capazes disso. A esse uso da linguagem, como forma de “colorir” os pensamentos, tradicionalmente dá-se o nome de figura de linguagem. No caso do exemplo anterior, em especial, pensamento voluntarioso é uma metáfora e a metáfora, tradicionalmente considerada um recurso de retórica, logo foi confinada ao campo da literatura e, posteriormente, do discurso.

¹ Graduado em Letras-Português. Mestre em Letras (Linguística) pela UFPR. Professor e Chefe do Departamento Acadêmico de Comunicação e Expressão da UTFPR.

Modernamente, pensadores como Lakoff e Johnson (2002) e outros acreditam que a metáfora, muito mais de ser um recurso de retórica, é parte primordial do complexo sistema conceptual humano, sendo responsável de forma definitiva pela forma como apreendemos e compreendemos o mundo à nossa volta. Um pensamento, aliás, não tão recente assim: Nietzsche (1997) já reservava um papel especial às figuras e, conseqüentemente, à retórica, que considerava como a essência da linguagem, porque o homem, através da retórica, busca “convencer”, passar aos seus semelhantes um tipo de “impulso subjetivo”, que seria a sua interpretação das coisas do mundo, via linguagem. Essa interpretação das coisas do mundo funcionaria como uma espécie de interface entre o sujeito e o mundo a sua volta.

Como para ele a linguagem, basicamente, é retórica, as figuras seriam usadas pelos homens como um recurso para criar as imagens com as quais os impulsos são exteriorizados, o que quer dizer que a linguagem jamais expressaria algo em sua totalidade, mas apontaria, através das figuras (sinédoque, metáfora, metonímia), algum aspecto relevante capaz de diferenciar esse algo de outros algos, o que torna o processo de compreensão do mundo fortemente interpretativo e subjetivo.

A grande “virada” que Lakoff e Johnson propõem é a de considerar as metáforas não apenas como uma realização lingüística, mas como parte de nosso sistema cognitivo. Ao sistema lingüístico, no qual as metáforas se realizam enquanto recursos de expressão, subjazeria um outro sistema, conceptual, no qual haveria metáforas, por assim dizer, mais primitivas, construídas a partir da forma como experienciamos o mundo, considerando para sua construção o nosso aparato perceptual, nosso esquema corporal, nossas experiências em relação à realidade e aos outros. Ou seja, algumas dessas metáforas seriam construídas primordialmente sobre uma base de sensações: como vemos, cheiramos, ouvimos, tateamos... em suma, como “degustamos” o mundo. Assim, noções como alto e baixo, para cima e para baixo, rápido e lento, áspero e macio que nós apreendemos do mundo desde o nascimento seriam os blocos sobre os quais elas seriam construídas.

Podemos até conceber como isso pode processar-se psicologicamente desde a primeira infância: um bebê chora (o choro é a primeira manifestação de vontade, talvez de empenho de uma criança) e a mãe o levanta até o seu colo. A sensação é boa, agradável; nada mais natural de que se faça uma relação com sucesso, com vitória. Aí já estariam envolvidos ao menos três aspectos da apreensão experiencial: a) o aparato motor responsável pelo choro, pelo agitar-se e, ao mesmo tempo, o aparato emocional disparado pela relação mãe e filho; b) a interação com o ambiente (o berço, o colo, as cores, estar embaixo, estar no alto, etc.); c) a interação com outro ser humano com as conseqüentes implicações, como, relações de poder e afetivas. Então, dessa experiência, parece natural o surgimento de conceitos tais como “sucesso é para cima” ou “derrota é para baixo”, “felicida-

de é para cima”, infelicidade para baixo”, etc., que seriam a base para metáforas como: as pessoas “sobem na vida” ou “descem ao inferno”; da mesma forma, o esquema corporal também seria um reflexo desses conceitos, por isso, as pessoas animadas normalmente “admiram o horizonte”, enquanto as desanimadas “olham para o chão”, a expressão facial varia de acordo com o estado de espírito. Dizemos que o olhar dele é “vivo e inteligente” ou “desanimado e cansado”, dependendo da situação. Voltando ao exemplo do bebê, é claro que as coisas funcionam dessa forma em uma cultura na qual as mães levam seus filhos ao colo quando eles choram. Se concebermos uma sociedade em que aconteça o inverso e se a criança chora, mas por alguma razão desce para o berço, há a separação, vêm a solidão, o desaconchego, uma derrota e, possivelmente a forma como ela perceberia a relação entre sua manifestação de desejo através do choro, e a resposta de sua mãe seria diferente e, talvez, gerasse metáforas diferentes.

Se pensarmos que as nossas experiências em relação ao mundo começam no momento em que nascemos, devemos aceitar a idéia de que existem conceitos, digamos, mais primitivos, que nos são passados como descrito acima. Afinal, quando nascemos (e talvez até antes) a nossa percepção do mundo além do nosso corpo se faz justamente através da mediação do mesmo. O nosso corpo é o limite entre a nossa individualidade e a coletividade. Mais do que limite, ele é a interface que garante o trânsito nos dois sentidos, permitindo a nossa afirmação no mundo da mesma forma que o mundo começa a impingir marcas na nossa subjetividade. Esta fase, é bom lembrar, ainda é pré-lingüística, ou seja, a comunicação indivíduo/mundo ainda não é mediada pela linguagem. A partir do momento em que a criança começa a se relacionar através da linguagem, o seu aparato cognitivo torna-se muito mais rico e poderoso e a sua conceptualização do mundo deixa de ser somente realizada a partir do esquema corporal (sentidos e sentimentos) para ser explorada através da abstração, o que somente a linguagem é capaz de proporcionar.

Com a aquisição da linguagem, o mundo interior da criança se amplia de maneira considerável porque, a partir desse ponto, ela pode abstrair seus sentimentos e suas sensações, passando a “pensá-los” de certa forma. Claro que não se deve imaginar que a criança passa automaticamente a discutir mentalmente o que ou por que está sentindo algumas sensações, mas que, a partir da linguagem, ela consegue nomear o que sente, o que vê, o que cheira, em suma, o que experimenta e relacionar essas entidades com outras, ampliando seu esquema cognitivo e perceptual. Após a aquisição, as metáforas conceptuais deixam de apenas estar na cabeça da criança para se tornarem também realizáveis lingüisticamente. A essa fase, talvez possamos chamar de generalização metafórica, quando a criança tem a possibilidade de generalizar conceitos em relação ao que já experimentou. Nesse momento, é possível que a criança possa perceber e compreender metáforas como “que beijinho doce!”, “você é um doce de coco!” e “ele é o meu docinho”, relacionando os registros lingüísticos de “beijinho”, “você” e “ele”, ligados a

“doce”, “docinho”, a uma sensação gostosa, saborosa e agradável e, por isso, generalizando as metáforas construídas com “doce” como contendo um significado positivo e emocionalmente prazeroso.

Da mesma forma, um remédio amargo poderá evocar outras metáforas, opostas às anteriores, desagradáveis, relacionadas à sensação do sabor amargo, que mais tarde ajudarão a compreender, por exemplo, o que pode vir a ser um “destino amargo” ou uma “solução amarga”. Uma forte dor de barriga pode servir de arcabouço conceptual para a compreensão de “a dor da separação”.

Se sensações e sentimentos básicos podem servir de base para essas metáforas elementares, o convívio social será o responsável pela elaboração de metáforas mais complexas que ajudam a estruturar e compreender o real, atribuindo significado a conceitos que, de outra forma, somente poderiam ser parcialmente percebidos:

“O ponto de vista tradicional busca ser “objetivo” e pressupõe que experiências e objetos têm propriedades inerentes e que seres humanos os compreendem somente em termos dessas propriedades. A definição para o objetivismo é uma questão de dizer quais são as propriedades inerentes, levando-se em conta as condições necessárias e suficientes para a aplicação do conceito. O “amor”, na visão do objetivismo, tem vários sentidos, cada um dos quais pode ser definido em termos de propriedades inerentes, tais como carinho, afeto, desejo sexual etc. Contra essa visão, poderíamos sustentar que compreendemos o amor apenas parcialmente em termos dessas propriedades inerentes. Geralmente, nossa compreensão de amor é metafórica e nós o compreendemos, primordialmente, em termos de conceitos de outros tipos naturais de experiência: *viagens, loucura, guerra, saúde* etc. Como os conceitos definidores emergem de nossas interações com os outros e com o mundo, o conceito que eles metafóricamente definem (por exemplo, *amor*) será entendido em termos do que chamaremos propriedades interacionais.” (LAKOFF e JOHNSON 2002, p.210)

As propriedades interacionais que são citadas no final do trecho em destaque seriam as nossas experiências no mundo, os nossos contatos com a realidade. Quando se fala em compreender um conceito através de outros, como no caso de percebermos o significado de *amor*, devemos assumir que isso ocorrerá somente pela “comparação” com outros conceitos que já conheçamos ou tenhamos experienciado como *viagens, loucura, guerra*. E isso irá variar de um sujeito para outro. Por exemplo, uma criança acostumada com pais que brigam muito apesar de se amarem ou que brigam muito com ela, mas, ao mesmo tempo, transmitem-lhe muita afeição, com certeza terá mais facilidade para compreender o conceito de amor em função da metáfora *amor é guerra*. O mesmo conceito provavelmente funcionaria de forma diferente para uma criança que percebesse muito mais a ligação amorosa familiar durante períodos de férias e/ou em viagens; neste caso, a metáfora *amor é uma viagem* faria muito mais sentido. A metáfora *amor é loucura* parece a mais difícil de ser compreendida e apreendida porque o conceito de loucura já exigiria outros elementos para a sua definição,

porque enquanto brigas e viagens são mais facilmente experienciados no dia a dia, a loucura parece ser algo para ser analisado, medido e comparado. Mesmo que uma criança conviva com alguém “louco”, nem sempre isso fica claro para ela. Para muitas, a loucura dos pais pode parecer aceitável, o correto, dependendo da relação afetiva que exista, o que propiciaria, em princípio a metáfora *amor é loucura*. No entanto, para essa criança perceber que algum comportamento relacionado aos semelhantes é de fato loucura é algo muito difícil. Isso implica que essa metáfora possa fazer parte do sistema conceptual, mas com certeza seria mais tardia que as outras duas.

Para ilustrar o uso das metáforas conceptuais, vejamos a metáfora *amor é uma viagem*, por exemplo, para a qual os autores apontam algumas ocorrências lingüísticas como:

- 1 - Veja a que ponto chegamos.
- 2 - Teremos que simplesmente seguir caminhos separados.
- 3 - Eu acho que essa relação não vai dar em lugar nenhum.
- 4 - Tem sido uma estrada longa e esburacada.
- 5 - Saímos do trilho.
- 6 - Nosso casamento está encalhado.
- 7 - Esta relação está afundando.

Todos os exemplos anteriores relacionam *amor a viagem*, variando o tipo de viagem: 1, 2 e 3 trazem a nossa mente a idéia de caminho que é ou foi trilhado pelos agentes envolvidos na relação, mas não especifica exatamente como a viagem pode ser feita – tanto pode ser uma caminhada quanto um caminho feito a cavalo ou de bicicleta, carro, etc.; 4 especifica uma viagem rodoviária de carro, ônibus, caminhão...; 5 faz a analogia com uma viagem de trem e 6 e 7 claramente referem-se à navegação. Aos exemplos retirados dos autores poderíamos somar outros como *Nosso amor é um vôo cego*, ampliando o limite para as viagens aéreas e podendo chegar até ao macrocosmo em *Estar com ela é um caminho de estrelas* ou, por outro lado, ao microcosmo como em *Meu amor é um mergulho em mim mesmo*. Se os dois primeiros exemplos parecem-se com os dos autores por manterem a idéia de chegar ou não a algum lugar, real ou hipotético, o último exemplo é particularmente interessante porque acaba por relacionar uma metáfora de *viagem*, a viagem para um lugar que na verdade é um estado psicológico (o eu), com a metáfora *amor é uma viagem*, como se fosse possível o caminho para dentro de si próprio, para o interior da própria mente. Se aceitarmos como válida a metáfora (e parece indiscutivelmente possível) de se viajar para dentro, obrigatoriamente teremos que aceitar o conceito de que *mente é um lugar* ou *mente é um recipiente*. Um lugar ou um recipiente onde se pode colocar coisas, onde se pode estar e de onde se pode sair: Acho que não cabe mais nada na minha cabeça; É necessário sair de si mesmo para poder ver o outro; Hoje ele está fora de si.

Os últimos exemplos citados no parágrafo anterior (*a mente é um lugar*;

a mente é um recipiente) revelam também uma outra característica das metáforas conceptuais: a possibilidade de combinação entre mais de um tipo de metáfora, permitindo que o conceito expresso por uma metáfora (*amor é uma viagem*) seja melhor compreendido pela relação com outras metáforas, o que, de certa forma, enriquece em muito as possibilidades do sistema cognitivo na apreensão de significados. Hoje, parece muito difícil negar o papel que as metáforas conceptuais desempenham na construção do conhecimento no que se refere às inúmeras cadeias de relações e significações que nós necessitamos apreender do mundo. Mas, com certeza não é suficiente postularmos que existam somente metáforas conceptuais primitivas – como no exemplo citado anteriormente, da criança que chora e consegue ir para o colo da mãe e como essa atividade psicomotora pode ser generalizada como *sucesso é para cima*. Obviamente não se pode pensar que o esquema corporal seja responsável pela construção de todas as metáforas conceptuais (embora, sem dúvida, é aceitável que ele seja responsável pelas primeiras percepções do mundo a nossa volta). Por isso é necessário que se tenha em mente que a aquisição da linguagem é um passo fundamental para a complementação do processo, porque, através da linguagem, nós passamos a interagir também racionalmente e não mais apenas emocional e perceptualmente. Às vezes, os significados podem ser frutos da interação entre os seres e nesse caso podem ser classificados como intelectuais ou racionais por um lado e emocionais ou psicológicos por outro. As metáforas conceptuais carregam em si essa capacidade significativa: elas são determinantes no processo de cognição, mas também são frutos desse processo, ou seja, são os tijolos, entre outros fins, de sua própria construção.

No entanto, nem sempre a linguagem é a única constituidora dos significados, ou, como afirma Wittgenstein (1999): “O que devemos dizer para elucidar a significação, isto é, a importância de um conceito, são frequentemente fatos naturais extraordinariamente gerais. Tais fatos não são quase nunca mencionados devido a sua grande generalidade.”

O que quer dizer que nem tudo que significa é racional ou pode ser entendido conceptualmente. Muitos dos significados que estão no mundo estão simplesmente no mundo, ultrapassando o ser e a própria linguagem. Ou melhor, a significação utiliza às vezes outras linguagens, que nem sempre podemos explicitar, mas que estão aí, a nossa volta, “mexendo” com as nossas concepções. De um lado podemos pensar naqueles fatores que são eminentemente animais, que fazem parte de nossos instintos mais primordiais. Sobre esses, pouco controle possuímos e, de maneira geral, nenhuma consciência. Por outro lado, existem também aqueles que são culturais, que variam de sociedade para sociedade, sobre os quais temos, enquanto indivíduos, um controle apenas parcial e consciência nem sempre plena. Entretanto, vivemos mergulhados nela: os seres humanos são seres culturais por excelência. Nós produzimos artes, costumes, comidas típicas, maneiras de ver o mundo, de encarar a vida e de aceitar a morte que variam por

região, por preceitos religiosos, por crenças políticas ou por características étnicas. Isso influencia nosso jeito de viver, nossa linguagem, nosso sistema conceptual. Por isso, nenhuma teoria que pretenda entender as metáforas poderá desprezar o fator cultural envolvido na sua elaboração.

Um exemplo que me parece particularmente interessante para vermos a relação entre a metáfora e a cultura é a noção de *tempo*. O tempo é e sempre foi um dos grandes mistérios para o homem. Podemos imaginar que, quando o homem começou a pensar, ele deve ter percebido que o Sol sempre nascia, seguia um determinado percurso pelo céu e se punha quando a noite chegava. Já devia haver nessa época uma “sensação de passagem do tempo”: o homem sabia que devia sair próximo da aurora para caçar, quando a caça estava longe da caverna, para poder voltar antes do anoitecer. A noite era muito mais perigosa e assustadora para o homem primitivo do que é para o homem contemporâneo (apesar que ainda temos andar por lugares escuros e desconhecidos); por isso prestar atenção ao relógio natural do movimento do Sol era de importância vital. Além disso, já naquela época, o homem era criança, crescia, morria. Ele tinha tempo de ser cuidado e de poder se cuidar, tinha tempo de ser alimentado e de prover alimento, de ser cria e de procriar. Durante o dia havia tempo de fome, de sede, de cansaço. Ou seja, já aquele ser primitivo começava a desenvolver o relógio biológico que nós, homens modernos, herdamos.

Nas comunidades neolíticas da Europa Ocidental, no período que vai de 10.000 a 4.000 a.C., as tribos começam a se organizar em torno da produção controlada de alimentos, a agricultura. Daí a observação dos horários do dia, dos ciclos lunares, das estações do ano passaram a ser objeto de observação e estudo, do qual, provavelmente, o observatório de Stonehenge é o exemplo mais contundente. Construído durante o período de 2.600 a.C. a 1.700 a.C., por uma sociedade que compreendia a importância dos ciclos da natureza para a sua subsistência, o observatório é um dos exemplos mais antigos do interesse do homem pela marcação do tempo. Gribin (1983) comenta sobre essa sociedade:

“... grande deve ter sido o esforço empreendido na construção desse e de outros observatórios astronômicos da Idade da Pedra; por dedução, a sociedade que erigiu os monumentos deve ter sido estável e rica – é óbvio o paralelo com o Egito e suas pirâmides. Estável, posto que levou décadas – séculos mesmo - para ver os grandes projetos realizados. Rica, porque, em primeiro lugar, a sociedade podia sustentar um grupo de sábios estudando alinhamentos astronômicos e projetando grandes observatórios, ao invés de fazê-los passar o tempo na labuta do campo ou da caça, e, em segundo lugar, por causa da capacidade dessa sociedade de alimentar e provavelmente prover moradia e vestimenta para equipes de trabalhadores envolvidos na construção dos observatórios, e não em outro trabalho produtivo.” (GRIBIN, 1983, p.5)

Uma sociedade que vivia da agricultura e dependia do bom entendimento

dos processos da natureza precisava, naturalmente, de uma definição de passagem de tempo que se adequasse a esses ciclos. Possivelmente, uma visão do tempo como um sucessão de ciclos, bastante parecida com os calendários modernos, mas diferente no sentido de que o homem moderno afastou-se do ritmo da natureza para assumir um artificialismo ditado pelo calendário internacional. O que, aliás, traz conseqüências interessantes para o nosso sistema conceitual. Por exemplo, a grande metáfora cultural para o Natal é Noel, com suas renas puxando um trenó de neve, a qual está plenamente inserida no Natal dos mais diferentes povos, mesmo daqueles que como nós têm um natal tropical, sem trenós, renas e muito menos neve. Ou seja, a nossa percepção desse dia do ano é muito mais cultural do que natural.

A concepção de um tempo cíclico, além de ser natural, pode ser fruto de um pensamento filosófico. Os estóicos acreditavam que o tempo se repetia em ciclos regulares. Gribin (1983, p.26), citando Whitrow (1973), diz que eles acreditavam que os planetas, em ciclos regulares de tempo, ocupavam as mesmas posições que as ocupadas quando o cosmos foi criado, destruindo tudo que existe e fazendo com que tudo seja restaurado novamente de forma idêntica a anterior, inclusive com os mesmos homens e as mesmas relações. Hoje, algumas correntes da Física moderna defendem a idéia de um universo cíclico.

A nossa visão de um universo que se desenvolve sempre para a frente e de um tempo linear começou a ser delineada a partir do século XVIII, com Kant, confirmando a impressão que já fazia parte de nosso senso comum: “o tempo caminha em frente”. Na Física, até o início do século XX prevaleceu o pensamento de Newton que o espaço e o tempo são entidades absolutas, ou seja, existem a despeito de um observador. Segundo Greene (2005, p. 20), para Newton, “o espaço e o tempo simplesmente eram – formavam o cenário cosmológico inerte no qual os eventos do universo eram exibidos”. De certa forma, o pensamento de Newton confirma a nossa crença em um tempo que sempre avança. A relatividade de Einstein nos contradiz e, de certa maneira, causa-nos um certo “desconforto psicológico” porque vincula o tempo ao observador, ao espaço, à velocidade, fatores que contradizem o relógio biológico e a percepção comum de passagem de tempo que faz parte de nosso (in)consciente coletivo.

Essa breve apresentação a respeito do tempo chama a atenção para duas coisas em especial: em primeiro lugar, o conceito que nós possuímos de tempo é tanto biológico quanto cultural; e, em segundo lugar, se não for através de uma teoria (física ou matemática), pelo tipo de relação que os homens mantêm com o tempo, é muito difícil nós o conceptualizarmos de uma maneira que não seja metafórica. Mesmo em um livro de divulgação científica escrito por um físico, como é o caso de Greene (2005), podemos encontrar metáforas como “dizemos que voa, dizemos que ele é dinheiro, tentamos ganhá-lo...” (p.155); “é como se estivéssemos na margem do rio do tempo e observássemos a corrente passar, trazendo o futuro até nós...” (p.157); “mesmo que o tempo não passe, continua sendo válido se ele tem

uma seta.” (p. 172). O autor explica da seguinte forma o porquê de percebermos o tempo como algo com direção e causalidade:

“Mil vezes por dia, as nossas experiências revelam uma distinção entre o desdobramento das coisas em um sentido no tempo e o seu reverso. A pizza sempre esfria um pouco no caminho da pizzaria e a sua casa e nunca chega mais quente do que estava quando saiu do forno. O óleo de oliva se espalha pela salada e nunca o vemos voltar para o frasco e deixar a salada sem tempero. Os ovos se quebram e se espatifam e nunca vemos os ovos e as cascas se reaglutinarem e voltarem a formar um ovo inteiro. (...) Essas seqüências corriqueiras de eventos, assim como inumeráveis outras, acontecem em uma única ordem temporal. Nunca ocorrem na ordem reversa e com isso nos fornecem uma noção de antes e depois.” (GREENE, 2005, p. 172-173)

Segundo Lakoff e Johnson (2002, p.101), “o tempo em inglês é estruturado em termos da metáfora *tempo é um objeto em movimento* e o futuro é concebido como se movendo em direção a nós”. Daí construções como “chegará um tempo...” ou “o tempo voou este ano”, que permitem a idéia de que o tempo possui frente e trás. A existência de uma frente e uma traseira nos permite localizar nossos corpos em relação ao “movimento” do tempo. Eles apontem ainda outra maneira de conceptualizar o tempo, através da metáfora *tempo é um objeto imóvel e nós nos movemos através dele*: “Temos avançado pouco ao longo dos anos”, “Estamos chegando ao final da estrada”. A não ser que se pense em uma sociedade que não perceba a nossa relação com o tempo como sendo de movimento, parece que essas duas metáforas são úteis em um nível mais puramente cognitivo (pensando aqui cognição como a relação do ser com o mundo).

Já outras metáforas citadas no mesmo livro, como *tempo é dinheiro*, *tempo é um recurso limitado* e *tempo é um bem valioso*: “Você está desperdiçando o meu tempo”, “Tenho investido muito tempo nela”, “Você deve calcular bem o seu tempo”, “Ele está vivendo com tempo emprestado” (Lakoff e Johnson, 2002, p. 50, 51), revelam o componente cultural nelas presente. Esse é um bom exemplo da influência cultural do sistema capitalista (principalmente a primeira). As outras duas tanto podem ser vistas em relação ao capitalismo como a culturas que valorizam o tempo para contemplação ou para a religião, por exemplo – apesar de que, nesses casos o tempo passa, muitas vezes, a ser um componente psicológico ou transcendental, o que implica em um outro tipo de análise que considere as relações entre tempo físico e tempo mental. O mais importante a ser visto nas três é a necessidade de que elas sejam interpretadas culturalmente por homens que são criados e compartilham valores de uma cultura pré-existente e em constante reestruturação. Reestruturação, essa, dependente da linguagem, da interação entre os homens.

CONCLUSÃO

Se assumirmos que o tratamento das metáforas deve considerar o papel interacional desempenhado por elas – um tratamento objetivo abstrato, que privilegie justamente o estudo do sistema abstrato da língua (as formas fonéticas, gramaticais e lexicais) seria tão inadequado quanto outro, apenas subjetivo, que considere a origem e o meio da linguagem como o interior do sujeito e que a comunicação através da linguagem é apenas reflexo do pensamento. O que significa que a verdadeira essência da linguagem não está nem nas formas abstratas nem na individualidade psicológica, mas no fazer social, no processo histórico, social e polissêmico de desenvolvimento de uma sociedade.

Se entendermos “lugar social” da linguagem como o meio onde as metáforas se desenvolvem e que a sua realização necessita de um “licenciamento”, devemos pensar a possibilidade da existência de metáforas culturais subjacentes ao meio social, interferindo em nossa maneira de perceber o mundo. Esse pressuposto exigiria um tipo de tratamento em sua análise que deva ser capaz de superar os limites estritos da Psicologia Social e/ou da Lingüística. Para entendermos o real papel das metáforas no nosso mundo e na nossa relação com ele, é imprescindível que sejamos capazes de compreender o seu caráter histórico cultural e o seu papel cognitivo no estabelecimento do ser em relação aos seus semelhantes e a sua conseqüente inserção em um dado meio cultural, porque através das metáforas que ele internaliza significados e apreende grande parte da cultura, passando a se constituir como indivíduo e também como parte do todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

GILMAN, S. L. Editor. Friedrich Nietzsche on rhetoric and language. UK: Oxford University Press, 1997.

GREEN, B. O tecido do cosmo. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GRIBIN, J. Tempo: o profundo mistério do universo. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

LAKOFF, G. e JOHNSON, M. Metáforas da vida cotidiana. Campinas: Mercado das Letras / São Paulo: EDUC, 2002.

WHITROW, G.J. The nature of time. Nova York: Holt, Rinehart and Winston / Londres: Pelikan/Penguin, 1973.

WITTGENSTEIN, L. Investigações filosóficas. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.